EMENTA

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO TORPE E EMBOSCADA, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA - PRONÚNCIA - NULIDADE POR EXCESSO DE LINGUAGEM - PEDIDO DE ANULAÇÃO DA SENTENÇA - EXCESSO DE LINGUAGEM - VALORAÇÃO DOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO -A CERTEZA DE AUTORIA - INVASÃO DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JÚRI -ARESTOS DO STJ E TJMT - ANULAÇÃO DA PRONÚNCIA - PRISÃO PREVENTIVA - REITERAÇÃO CRIMINOSA - CONSTRIÇÃO MANTIDA - RECURSO PROVIDO.

A supressão de trecho da pronúncia, por riscadura, não elide a nulidade do ato judicial quando o Juízo singular exara convicção no sentido de ser o recorrente o autor do fato, inclusive fazendo referência a pessoa estranha aos autos.

Em sede de pronúncia, o magistrado deve empregar uma linguagem comedida avaliando a probabilidade/possibilidade, e não a certeza da autoria, "sob pena de invasão da competência constitucional do Tribunal do Jurí – juiz natural da causa -" (STJ, HC 117652/GO).

"Na elaboração da decisão de pronúncia é imprescindível que haja a adequada fundamentação, no entanto, na hipótese dos autos ocorreu excesso de linguagem/fundamentação, percorrendo uma análise confrontada entre os elementos de prova, em flagrante invasão à esfera decisória dos jurados, o qual poderá acarretar indevida influência na formação de seu convencimento. A existência de um juízo de valor e subjetivismo do magistrado, enseja a nulidade da decisão de pronúncia, pois excede a moderação necessária para sumário da culpa." (TJMT, RESE nº 0005960-83.2016.8.11.0004)

A reiteração criminosa específica e contemporânea autoriza a manutenção da custódia cautelar diante do "risco que a liberdade do réu representa ao meio social e ao resultado útil do processo", ainda que anulada a pronúncia (TJMT, HC nº 1000467-89.2022.8.11.0007).

Assinado eletronicamente por: WILSON CAMPOS SOARES JUNIOR 14/06/2023 13:53:21

https://clickjudapp.tjmt.jus.br/codigo/PJEDBQFFNQNFR

ID do documento: 171897184



PIEDBOFFNONFR

IMPRIMIR GERAR PDF